

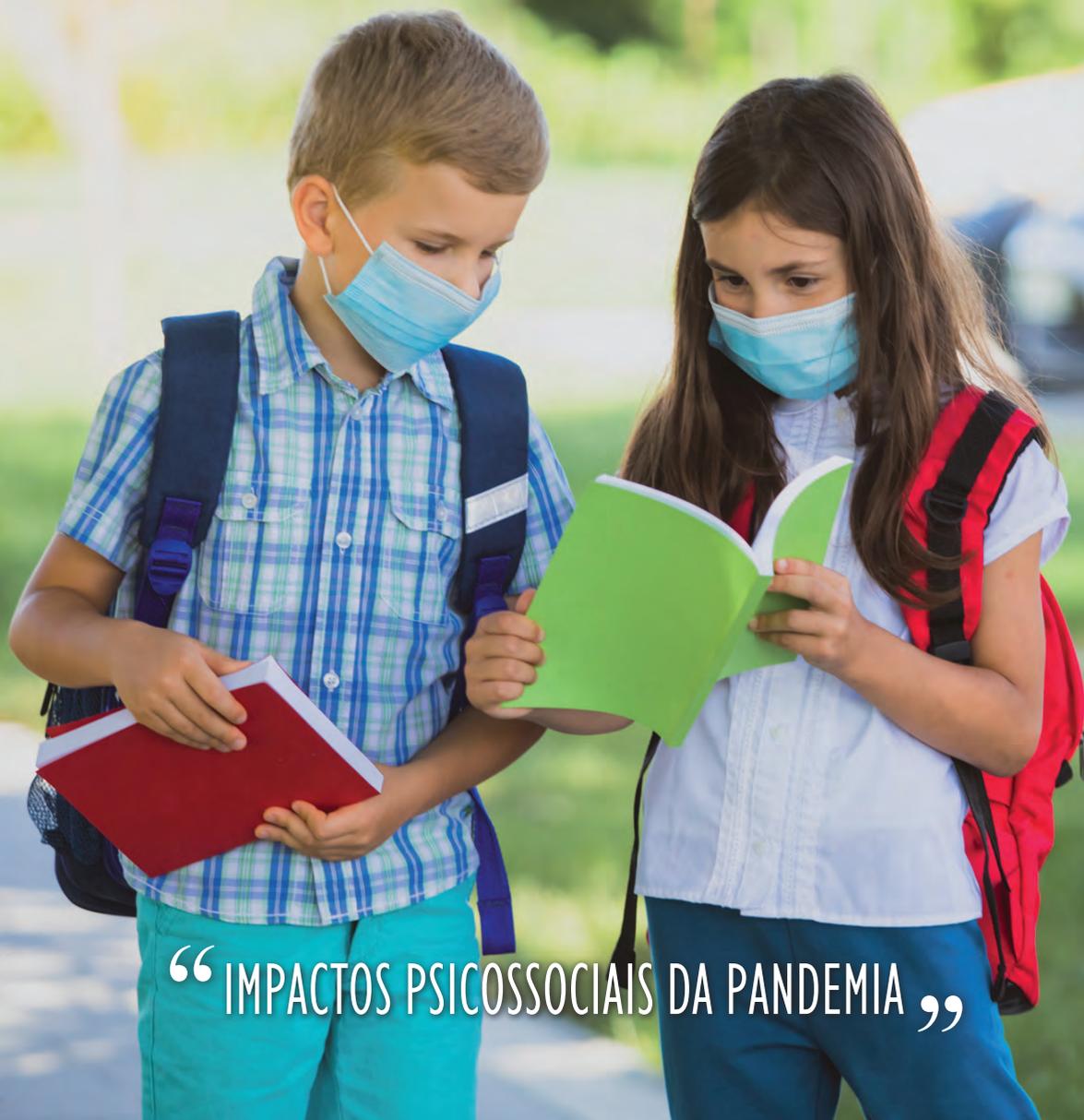
# A Criança<sup>5</sup> e os seus Direitos



Instituto de Apoio à Criança

04 • EDIÇÃO SEMESTRAL

Maio 2022 a Outubro 2022



“ IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DA PANDEMIA ”



## SUMÁRIO

### 4 EDITORIAL

*Matilde Sirgado*

### 8 INFÂNCIA E PANDEMIA: (IN)VISIBILIDADE E VOZ

*Manuel Jacinto Sarmento*

### 12 O IMPACTO DA PANDEMIA NA VIOLÊNCIA SOBRE AS CRIANÇAS

*Dulce Rocha*

### 17 A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS: UM DIREITO FUNDAMENTAL

*José Ornelas*

### 22 PANDEMIA E SAÚDE MENTAL – IMPACTO NAS CRIANÇAS E FAMÍLIAS

*Fernanda Salvaterra*

## *Manuel Sarmento*

“ Ao contrário de pacientes passivos e encolhidos perante o assombro de uma pandemia desconhecida, as crianças, como sempre à sua maneira, constituíram-se como atores sociais perante a doença, de forma resiliente e ativa. ”

12





## “Infância e Pandemia: (In)visibilidade e voz”

**Manuel Jacinto Sarmento**

Sociólogo

Membro do Conselho Consultivo do IAC

Quando Lucca, um menino italiano, na primeira fase da pandemia, em março de 2020, gravou um vídeo no YouTube, proclamando que “*andrà tutto bene*”, inaugurava uma forma de solidariedade ativa e envolvente que se desdobrou nos milhares de arco-íris com que as crianças decoraram as suas janelas e varandas, nas cantigas que trouxeram por vezes para rua no final da tarde, nos gestos e nas palavras de apoio e incentivo com que algumas delas, as influenciadoras digitais, incendiaram as redes sociais. Ao contrário de pacientes passivos e encolhidos perante o assombro de uma pandemia desconhecida, as crianças, como sempre à sua maneira, constituíram-se como atores sociais perante a doença, de forma resiliente e ativa.

E, no entanto, um dos efeitos mais imediatos da pandemia junto das crianças foi a acentuação da sua invisibilidade social. As crianças, nos

períodos de confinamento, deixaram de ir à escola, os parques infantis foram encerrados, as ruas deixaram de contar com as suas caminhadas, de mochila à costa, com os seus skates e trotinetas. Numa doença que vitimou sobretudo pessoas idosas, a vida nos lares e as políticas de cuidado à população mais envelhecida ganhou mais tempo de antena nos noticiários televisivos e nas manchetes dos jornais; a vida das crianças ficou mediaticamente reduzida aos prejuízos nas aprendizagens. As próprias políticas públicas de infância parece que ficaram em suspenso: temas de grande relevância como a mudança no acolhimento de crianças, do caráter residencial para o acolhimento familiar, ou os sentidos da participação da criança na cidade, nas instituições e na nossa vida em comum ficaram subitamente remetidas para segundo plano, embaçadas pela enorme estupefação das filas de ambulâncias à porta de hospitais sobrelotados. Os quotidianos das crianças em casa

ganharam ainda maior obscuridade, apesar das preocupações apresentadas por organizações como a UNICEF sobre a probabilidade do aumento das situações de violência doméstica; foi preciso assistirmos à tragédia de Valentina para que esta realidade ressoasse com estridência nas nossas vidas.

Esta tensão entre a reação ativa e resiliente das crianças e a sua invisibilidade social perante a pandemia é um dos paradoxos persistentes da condição social da infância contemporânea: as crianças estão presentes na vida em sociedade, mas mal se dá por elas; a sua ação é influente, mas é comumente subalternizada, perante o que os adultos dizem e fazem sobre e para elas; a vulnerabilidade das crianças perante o risco constitui objeto de políticas sociais (nomeadamente no âmbito das políticas de proteção de crianças e jovens) e do discurso científico e pericial (nomeadamente do jurídico, médico ou psicológico), mas muito poucas vezes, a ação efetiva das crianças e o seu papel na identificação e auto-proteção face ao risco é, numas e noutras, devidamente tido em consideração. Não há, porém, nenhuma possibilidade de analisar os efeitos da pandemia do Covid 19 nas crianças sem considerar devidamente a sua voz. Esta é uma tarefa que está em larga medida por fazer.

Sabemos algumas das consequências da pandemia na vida das crianças e nos seus efeitos sociais. Importa, analisá-los.

Em primeiro lugar, a pandemia agravou as desigualdades sociais e, com elas, as desigualdades entre as crianças. Se a infância é uma categoria social própria e se existem elementos comuns a todas as crianças que as irmanam numa mesma ordem geracional, a verdade é que há di-

ferenças entre elas e que essas diferenças, de classe social, de género, de etnia, de inserção local e regional, de *ability*, de orientação sexual, se exprimem com muita frequência em desigualdades no acesso a uma condição de usufruto dos seus direitos. Isto, não obstante todas as crianças, sejam oriundas de meios sociais privilegiados ou de condição pobre, sejam meninos ou meninas, com ou sem necessidades especiais de desenvolvimento, urbanas ou rurais, brancas ou negras, etc., se encontrem numa situação de vulnerabilidade estrutural, carecendo da proteção e do cuidado das famílias ou dos adultos cuidadores, não possuírem direitos políticos ativos ou passivos, não se poderem casar, terem um conjunto de interdições a certos consumos, à vida económica, a conduzir automóveis, etc. Esta uniformidade justifica e legitima a existência de uma política de infância e da afirmação de Direitos universais da criança. No entanto, convive com a heterogeneidade das condições sociais de existência. É por isso que uma análise das consequências nas crianças de qualquer fenómeno ou acontecimento social não pode fazer economia desta destrição entre o que é comum e o que é diverso na infância. Assim é, também, com os impactos da pandemia do Covid 19.

As desigualdades entre crianças foram agravadas pela pandemia. Desde logo, pelas consequências económicas da pandemia: o encerramento de empresas, a liquidação de postos de trabalho, o aumento do desemprego arrastou consigo uma diminuição geral dos rendimentos e, em especial, das famílias com menor poder económico. Ainda que não tenhamos estatísticas muito recentes sobre a pobreza, sabemos que em 2020 houve um incremento da taxa de risco de pobreza em Portugal, isto é, menos de 60% do rendimento mediano per capita,

depois de descontadas as transferências sociais (18, 4%, mais de 2,2% do que no ano anterior, dados do INE), tendo também sido agravado o índice de GINI, que mede a desigualdade (33,0%, mais 1,8 p.p. do que no ano anterior, idem). A taxa de risco de pobreza infantil aumentou de 19,1% para 20,4%. Uma vez mais, a taxa de pobreza nas crianças é superior à da média nacional, o que significa que, em termos relativos, há mais crianças pobres do que adultos em situação de pobreza, sendo o grupo etário de 0 a 18 anos aquele que tem uma mais elevada taxa entre todos os grupos etários. Desde aí, a situação deve ter-se deteriorado ainda mais, apesar dos indicadores de desemprego estarem a ser revertidos de forma consistente. Acresce que, durante o primeiro ano da pandemia, a perceção da diminuição dos rendimentos nas famílias aumentou em 16,4%. O agravamento da situação de pobreza não teve maiores consequências na vida das crianças, nomeadamente no que respeita a necessidades básicas, como a alimentação e o alojamento, devido à associação entre políticas públicas de apoio alimentar e ao pagamento de rendas e suspensão de pagamentos de empréstimos para aquisição de casa própria e as ações solidárias de cidadania, nomeadamente na distribuição alimentar.

Mas o aumento da desigualdade entre crianças exprime-se igualmente na relação com as aprendizagens escolares. Se se verificou um esforço da parte do Estado e das autarquias em favorecer o ensino a distância, com distri-

buição de computadores e facilitação de meios de acesso à internet, isso não poderia, por si só, obstar ao agravamento do afastamento da cultura escolar daquelas crianças cuja origem social mais as distancia dos meios de acesso ao conhecimento, cujas famílias têm menos capital escolar e cujos apoios domésticos são mais débeis ou inexistentes para a auto-condução das tarefas escolares e do estudo autónomo. O sério agravamento destas desigualdades originou, mesmo, uma importante tomada de posição de várias organizações e agências internacionais, como a UNESCO, a UNICEF ou a EUROCHILD sobre as consequências educacionais do agravamento dessas desigualdades na concretização do direito à educação.

**"... uma em cada quatro crianças sofreu algum tipo de perturbação ou distúrbio na sua saúde mental durante a pandemia."**

As desigualdades estão também associadas, ainda que não de forma determinista e menos ainda como fator exclusivo, no agravamento da exposição das crianças à violência doméstica. As situações de depressão e outros elemen-

tos de perturbação da saúde mental, inerente, desde logo, ao trauma associado à doença e às condições de constrangimento impostos pelos confinamentos, mas também pelas difíceis condições de vida impostas pelo empobrecimento, podem explicar parcialmente o aumento da violência doméstica, computado em 7.6% pela Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, no que respeita ao primeiro ano da pandemia.

A saúde mental das crianças sofreu também uma deterioração. Estudos conduzidos pelo

---

laboratório colaborativo ProChild CoLAB calculam que uma em cada quatro crianças sofreu algum tipo de perturbação ou distúrbio na sua saúde mental durante a pandemia. Esses dados são compatíveis com investigação internacional entretanto divulgada.

Outros elementos menos quantificáveis estão também associados às mudanças da vida das crianças em período pandémico: as relações em presença foram rarefeitas; em contrapartida as amizades virtuais intensificaram-se. A aprendizagem do luto e da saudade instalou-se no quotidiano das crianças que viram partir avós e outros familiares e que durante meses não puderam comunicar com eles, pelo menos presencialmente. As brincadeiras tiveram de encontrar espaços mais limitados, a vida ao ar livre foi reduzida, os passeios e os contactos com a natureza muito condicionados. O medo e o temor da doença, a estupefação perante um “novo normal” desestruturador e misterioso, a expectativa do seu próprio contágio entraram na vida das crianças e, seguramente, alimentaram as suas fantasias e o seu imaginário.

Mas estes tempos pandémicos são também tempos de aprendizagem para as crianças: aprendizagem do sofrimento coletivo e de uma vida em comum construída perante o imprevisível, o incerto e o imponderável; aprendizagem da solidariedade, em condição passiva ou ativa, do exercício de uma ética de cuidado e de dedicação à mitigação do sofrimento e da vulnerabilidade de si próprio ou do Outro; aprendizagem de outras formas de vida, de outras ferramentas de comunicação, de outros espaços, de outras brincadeiras, de outros tempos de coexistência. Aprendizagem dessa enorme felicidade de, finalmente, voltar a sair à rua, regressar à escola, reencontrar os colegas, ver a primavera a florir e poder respirar sem máscara com a alegria de sempre e a retomada da esperança no futuro.

Agora é o tempo de reparar os danos e de (voltar a) dar voz às crianças, numa geração porventura mais sofrida e desigual, mas também, paradoxalmente, mais madura e mais apegada à alegria de viver.